



O COMPORTAMENTO INFANTIL E A FORMAÇÃO DE HÁBITOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CHILD BEHAVIOR AND THE FORMATION OF HABITS FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION

SILVA, Neusa Maria da ¹

Resumo: Neste trabalho apresentamos uma investigação sobre como a comunidade da Escola Estadual Princesa Isabel, em nível de Educação Infantil, vivencia a Educação Ambiental. Foram questionados hábitos, atividades, conteúdos e conceitos junto aos pais e equipe técnico-pedagógica, além da manifestação das crianças da alfabetização sobre o ambiente. Assim, fizemos uma reflexão do entendimento da comunidade sobre o tema, utilizando o método hermenêutico para a análise dos questionários abertos e dos desenhos artísticos. Desenvolvemos uma pequena abordagem sobre o histórico da Educação Ambiental e da Educação Infantil desde o surgimento de ambas, salientando aspectos e finalidades principais. É uma tentativa de chamar a atenção para a grande importância das duas matérias que vinham de tradições de descaso no desenrolar das políticas social e educacional do País.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Infantil. Hábitos.

Abstract: This work presents an investigation about the community of “Princesa Isabel” school, at Infancy level and the Ambient Education. Habits, activities, contents and concepts were quarreled with student’s parents and the professionals of the school, besides the children’s works about the ambient. So, we reflected about the thinkings of the community about the topic, using the hermeneutic method to analyse the survey and the children’s draws. We developed a little historic about the Ambient Education and the Infancy Education.

Keywords: Ambient Education. Infancy Education. Habits.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências de la Educación da UEP, Asunción, PY. Professora da Rede Pública Estadual de Roraima, Brasil. E-mail: neusa.mariasilveira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É indiscutível a importância da formação de hábitos para a Educação Ambiental na preparação e formação do indivíduo. Aprender a entender o ambiente diante das necessidades de conservação e bem estar é tarefa imprescindível para o homem atual, que vem colhendo nas respostas do planeta as mais diversas intempéries, dificuldades e desequilíbrios ambientais e sociais.

Favorecer, desde os primeiros anos escolares, uma formação que habilite o indivíduo a conhecer, compreender, analisar e interpretar sua realidade, seu ambiente, é proporcionar-lhe condições de participar conscientemente da construção histórico-política do país e, porque não dizer, do planeta.

Por seu caráter recente e pela confusão que se estabelece entre Educação Ambiental e Ecologia no âmbito da Educação Básica, muitas escolas não conseguem planejar conteúdos integrados à Educação Ambiental nas disciplinas do currículo obrigatório. A falta de entendimento das comunidades escolares sobre a questão ambiental é uma realidade, tanto no seio familiar quanto dentro da sala de aula. A Educação Ambiental é vista de forma fragmentária, sem sua força holística, integradora de todos os aspectos que envolvem o homem em seu ambiente e no planeta. Muitas vezes, passa-se ao aluno apenas a visão de conflitos entre o homem e a natureza: a poluição, a extinção de animais e plantas, as agressões; antes mesmo de ele entender e vivenciar o que é a natureza e o que ela representa para a sua vida, e então passar a respeitá-la, a amá-la e a cuidar dela.

Apenas através da conscientização e sensibilização do homem sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos encontrados no mundo atualmente, e uma educação que sustente a formação ética, poderemos ter alguma chance de viver com a qualidade de vida desejada por todos os seres.

O homem começa a despertar para as necessidades de mudanças e de transformação da realidade atual. Uma nova reestruturação social se faz premente. Sabemos que não podemos repassar essa responsabilidade exclusivamente para a Educação, uma vez que a mesma não pode assegurar todas as nuances envolvidas num processo de transformação. Mas, indubitavelmente, a Educação pode abrir espaço para que esse processo ocorra efetivamente.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Estamos reunindo neste estudo dois assuntos que apenas recentemente têm recebido a devida atenção na legislação educacional, e ainda com muitas dificuldades de implementação no verdadeiro teor da lei: a Educação Ambiental discutida nas últimas décadas e cheia de distorções sobre sua essência, geralmente reduzida ao ensino da Ecologia e a Educação Infantil, marcada por um sistema educacional que a deixava fora da obrigatoriedade do Ensino Básico, sem orçamentos e ações governamentais definidos. As duas têm em comum no histórico de seus caminhos, o desfavorecimento do sistema político e econômico implantado no país, bem como a face social criada por ele, cheio de equívocos em suas concepções.

Porém, atualmente, ambas as matérias se valem de apropriadas e bem estruturadas legislações. No âmbito da questão ambiental, o Brasil é um dos poucos países que possui uma legislação específica de proteção ao ambiente, com normas de caráter punitivo e criminal e com amplo direcionamento educativo, onde a Educação Ambiental consta, de maneira integral, para todos os segmentos da sociedade.

Da mesma forma, a Educação Infantil encontra-se bem estruturada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, em 1998, o qual dá sustentação a objetivos, conteúdos e orientações didáticas aos profissionais da área.

Agora, nosso futuro dependerá da forma de como serão operacionalizadas essas leis, ainda distantes da prática efetiva.

2.1 Desafios: a educação infantil e a educação ambiental

A Educação Infantil surgiu associada à entrada das mulheres no mercado de trabalho e viu-se permeada pela preocupação de resguardo das crianças, sendo caracterizada como ação assistencialista na sociedade brasileira. Esse pensamento esteve tão arraigado na estrutura social do país que, até há muito pouco tempo, não existiam leis que normatizassem a educação das crianças de zero a seis anos.

O artigo de 1993, *A Representação da Criança na Cultura Brasileira*, da educadora Leni Dornelles, expõe o contexto brasileiro da Educação Infantil:

Sem objetivos claros, sem legislação, sem política nacional e sem um órgão administrativo que a assista, a educação infantil fica na dependência de programas nascidos da vontade conjuntural das autoridades. E, sem órgãos administrativos adequados, os esforços esporádicos e dispersos se diluem. (Dornelles, 1993, p. 66).

Essa falta de política nacional em relação à criança reflete uma tradição perniciosa na cultura brasileira, pois são tantos os problemas sociais e de agressão infantil constatados e divulgados pela imprensa nacional e internacional, que geram uma acentuada preocupação com esta situação. A sociedade brasileira, com seu emaranhado de desencontros sociais, ainda carrega em si o preconceito e a ignorância do grau de importância que a infância reflete nela.

Dorothy Fleming, especialista britânica em educação pré-escolar afirma que a “formação que uma sociedade dispensa a seus educadores pré-escolares revela sua maturidade e a confiança que deposita em seu próprio futuro”, (Fleming apud Nicolau, 1985, p. 9). Daí, podemos constatar o entrelaçamento da questão antropológica e cultural na linha evolutiva das sociedades. Gostaríamos também de apropriarmo-nos de tal pensamento enfocando diretamente a criança: do tratamento dispensado a ela resultará a sociedade de amanhã.

Diante de uma comunidade internacional voltada para a discussão dos problemas ambientais, ao qual se inseria pressões do Banco Mundial e instituições ambientalistas, o Brasil se viu forçado a promover a Educação Ambiental para fazer-se presente aos ditames internacionais do “Plano de Ação Mundial”, estabelecido na Conferência, a qual reconhecia, na recomendação nº 96 “o desenvolvimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental”, (Dias, 2000, p 79). No entanto, o governo brasileiro desenvolveu propostas educativas reducionistas em relação a todos os aspectos que envolvem a matéria.

O ensino básico restringia descaradamente à Educação Ambiental ao estudo da Ecologia, em conformidade com as propostas pedagógicas lançadas pelo próprio Ministério da Educação, contradizendo as orientações desenvolvidas pelos encontros ambientalistas da época e, principalmente, a Conferência de Tbilisi, 1977, tida como um marco na história da Educação Ambiental, fato este reafirmado por Dias (2000, p. 81):

Disseminava-se no país o “ecologismo” - deformação de abordagem que circunscrevia a importância da Educação Ambiental à flora e à fauna, à apologia do “verde pelo verde”, sem que as nossas mazelas socioeconômicas fossem consideradas nas análises - obliquamente incentivadas por instituições internacionais com sedes nos países ricos.

Ilustraremos aqui o distanciamento da política educacional brasileira em relação à Educação Ambiental, que a tratava de forma fragmentária, com enfoque restrito aos aspectos ecológicos e físicos, através do item c da recomendação nº 1 sobre Educação Ambiental, da Conferência de Tbilisi, 1977:

Um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente. (Idem, p. 107).

Como se vê, a Educação Ambiental insere-se em muitos outros campos além da Ecologia - parte importante e intrínseca ao processo, porém não será o domínio desta ciência que irá mudar aspectos de entendimentos sociais, econômicos e éticos, que se arrastam na história da humanidade, como, por exemplo, a grande massa da humanidade que vive em condições expressas de pobreza e miséria.

Os sistemas financeiro e econômico são os grandes responsáveis pelas diferenças sociais, desequilíbrios ambientais e escassez de recursos naturais no planeta. A Educação Ambiental confronta essa situação através da conscientização dos indivíduos, atrelada à mudança de comportamento, até chegar a uma nova concepção do paradigma de desenvolvimento, o qual deve ser responsável socialmente e com vistas a sustentabilidade dos recursos naturais utilizados.

Hoje, a LDB estabelece a abrangência da Educação Ambiental enfocando-a como tema transversal, a qual deve ser trabalhada em conjunto com as disciplinas do currículo obrigatório, e em todos os níveis de ensino, leia-se também Educação Infantil.

2.2 Educação ambiental: direções

São seis os objetivos indicativos da Educação Ambiental, definidos na Carta de Belgrado, em 1975: conscientização, conhecimento, comportamento, competência, capacidade de avaliação e participação (Reigota, 2001).

O desenvolvimento de tais objetivos irá situar o indivíduo na complexidade da questão ambiental, levando-o a sensibilizar-se e conscientizar-se a respeito das questões “do meio ambiente global e de problemas conexos” (Reigota, 2001, p. 31); compreender e conhecer para atuar frente ao ambiente e seus problemas; mudar comportamentos e zelar pelo ambiente; ter competência de solucionar problemas e capacidade de avaliar procedimentos e projetos, atuando, participando, expressando-se.

Os objetivos da Educação Ambiental estão enlaçados com a construção do bem-estar da humanidade e dos seres vivos. Seus princípios idealizam o equilíbrio de todas as áreas de sustentação da vida. Muito mais que um compromisso específico, os princípios da Educação Ambiental deveriam ser encarados como compromissos absolutos de todas as áreas do conhecimento humano, pois, tudo o que existe e possa vir a existir, faz parte e se insere na questão ambiental.

A questão ambiental fundamenta-se nos direitos humanos, no exercício da cidadania e em uma política de economia sustentada que deve atender a dimensões biológicas, históricas, psicossociais, econômicas, políticas e axiológicas, consideradas dentro de uma perspectiva evolucionária. Conhecimento, tecnologia e ações sociais de nada adiantarão se não estiverem apoiados em uma autêntica transformação de valores, atividades e atitudes do homem de hoje. Essa transformação pressupõe uma Educação Ambiental para todas as pessoas, de todas as idades, por vias escolares e não-escolares. (Dias, 2000, p. 175).

Os problemas ambientais estão à solta e, com eles, inúmeras doenças se espalham, inúmeras espécies desaparecem sem que o homem sequer tome conhecimento. Estamos em uma roda-viva e temos que modificar o pensamento que, há milênios encontra-se incrustado na forma como a humanidade lida com a natureza: da exploração sem limites, sem responsabilidades, como se o homem não fizesse parte dela e muito menos dependesse das condições físicas, biológicas e atmosféricas do planeta para viver. Sem pensar no futuro, na continuidade de sua espécie, o homem se coloca à margem do planeta, o qual, com certeza, poderá refazer-se sem o seu mais “ilustre” habitante.

O homem contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas como um ser à parte, observador e/ou explorador da mesma. Esse distanciamento fundamenta as suas ações tidas como racionais, mas cujas conseqüências graves exigem dos homens, nesse final de século, respostas filosóficas e práticas para acabar com o antropocentrismo e o etnocentrismo (Reigota, 2001, p. 11).

Cabe perguntar, como acharemos essas respostas? Como transformaremos a atitude humana de exploração dos recursos da natureza?

Um dos princípios básicos da Educação Ambiental, estabelecido na Conferência de Tbilisi e o qual encontra-se presente em todos os documentos que tratam da Educação Ambiental é "constituir um processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não-formal" (Dias, 2000, p. 113).

Sim, um dos caminhos para a transformação é a Educação Ambiental associada a uma nova educação, que tenha como princípios a construção de conhecimentos integradores, não compartimentados dentro da escola, e a soluções de problemas prementes junto às comunidades no âmbito da educação não-formal.

Uma educação compromissada com a formação do homem pensante, crítico, atuante, que saiba intervir na sua realidade sócio-econômica e política. Que saiba se posicionar e buscar o que é melhor para si com responsabilidade social e ambiental. Um homem que compreenda e respeite os meandros de uma sociedade saudável que envolve direitos e deveres para todos, e os limites e conservação dos recursos naturais. Conceitos óbvios, largamente difundidos e largamente ultrajados.

A educação, cuja função se embasa no ensino do domínio dos instrumentos da cultura, através da alfabetização em todas as áreas do conhecimento, gerando então a alfabetização integral, deve propiciar aos alunos o domínio dos sentidos e dos avanços científicos e tecnológicos e da produção cultural, preparando-os para a vida política e para o trabalho salutar e compensador. (Oaigen, 1996, p. 32).

Os laços que amarram a nova ideologia que se forma sobre a educação estão intrinsecamente ligados aos objetivos e finalidades da Educação Ambiental; poderíamos até dizer que, na essência, são os mesmos: a formação de um cidadão consciente, crítico, atuante, capaz de intervir na realidade sócio-econômica e política em que se insere e que lute pelo seu bem-estar e pela qualidade de vida de sua sociedade.

É necessário que o processo ensino e aprendizagem, compromisso do ESTADO-ESCOLA-FAMÍLIA E SOCIEDADE, mostre ao homem que ele tem de assumir integralmente a responsabilidade que lhe cabe pelo destino de todos os seres vivos que se acham a sua mercê, e não mais considera-los como meros recursos a serem explorados (Idem, p. 30).

Trata-se de posicionar o homem, através da educação formal e não formal, à condição de habitante consciente do planeta, sabedor de suas ações e daqueles que estão ao seu redor como interventores do meio.

Porém, o processo educativo ambiental não pode ser estruturado sem a associação de condições sociais mais justas. Não podemos impor restrições e compreensões ambientais àqueles que se vêem inseridos em condições de subsistência no trato dos recursos naturais que dispõem e, na condição inversa, não podemos deixar que forças econômicas façam e implantem o que quiserem em nosso ecossistema.

Por isso, o enorme entrelace da ordem sistêmica mundial. Por isso, a responsabilidade social apontada por Oaigen. É dever da sociedade criar condições de equiparação sócio-econômica para todos os seus entes. Governos, organizações sociais e empresas devem ter em vista a criação de políticas de ajuste social das comunidades em que estão inseridos.

3 METODOLOGIA E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Neste trabalho foi utilizado o método Hermenêutico, por tratar-se de uma pesquisa em que se buscou realizar o diagnóstico do pensamento do grupo, estabelecido sobre algumas concepções, através de questionários abertos.

3.1 Método utilizado

Utilizamos o método Hermenêutico com análise de conteúdos, onde as perguntas abertas são as categorias principais (CP) e as respostas com maior incidência constituem as categorias específicas (CE), sendo formado um quadro referencial contendo a CP e as respectivas CE.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu as seguintes etapas:

- a) Preparação dos questionários;
- b) Elaboração da atividade com as crianças;
- c) Transformação dos conteúdos em unidades;
- d) Classificação das unidades em categorias;
- e) Descrição;
- f) Interpretação.

Foi aplicado um instrumento, a seguir detalhado:

a) O primeiro instrumento, um questionário aberto com cinco perguntas. As questões solicitadas buscam as concepções dos entrevistados sobre educação, ambiente e Educação Ambiental, e um indicativo comportamental entre pais e filhos sobre o tema.

b) O segundo instrumento, aplicado junto aos professores e direção da escola, também foi um questionário aberto, pautado nas mesmas concepções elencadas acima, com o acréscimo do questionamento sobre o ensino da Educação Ambiental realizado na escola.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Vamos apresentar neste capítulo dois instrumentos de coleta de dados utilizados nesta pesquisa. Sendo, questionário A, aplicado junto aos pais e/ou responsáveis pelos alunos e questionário B, aplicado junto aos professores e direção da escola.

CATEGORIA PRINCIPAL 1, do questionário **A (pais/responsáveis)** e questionário **B (funcionários da escola)**. Esta categoria foi igualmente proposta nos dois questionários utilizados, por isso iremos apresentar suas respostas concomitantemente, separando-as apenas pelo grupo de aplicação, representados pelas letras A e B, destacando os percentuais obtidos.

Caracterize o que você entende por Educação:

- 1 - É importante para a vida, (18%);
- 2 - É estabelecer contato com o conhecimento, (12%);
- 3 - É instrução para ação responsável do indivíduo, (10%);
- 4 - Vincula família, sociedade/comunidade, (10%);
- 5 - Desenvolvimento da capacidade intelectual e moral do ser humano, (10%);
- 6 - Transmissão de conhecimentos, (10%);
- 7 - Habilita o reconhecimento dos direitos e deveres, (8%);
- 8 - É ter comportamento e conduta adequados perante a sociedade, ser 'educado', (8%);
- 9 - É um fator de mudança para a vida das pessoas, (6%);
- 10 - É a formação pessoal de cada um, (4%);

11 - Conjunto de normas pedagógicas que desenvolve o corpo e o espírito, (4%).

4.1.1.b Educação:

1 - São conhecimentos e ampliação de conhecimentos, (30%)

2 - Aprendizado adquirido na escola e em família, (30%)

3 - Processo que leva o indivíduo a desenvolver a capacidade que tem, (20%)

4 - É o conjunto de normas pedagógicas aplicadas para se alcançar um desenvolvimento geral, (20%)

O exposto nas categorias específicas mostra uma visão parcial e fragmentada diante da amplitude do conceito educação. Está alicerçada ao forte estigma da transmissão de conhecimentos e, no entendimento geral, à conduta social do ser humano como forma de aceitação na sociedade: *É o ato de ensinar o próximo a ser gentil... as pessoas que tem estudo e boas maneiras de comportamento. A educação é vista como forjadora de papéis sociais e não como construtora de auto-realização para o homem.*

A educação é um processo pelo qual o ser humano constrói conhecimento, técnicas, hábitos, valores e atitudes necessárias para atuar ativamente nas propostas de transformações sociais que o mundo atual exige (Oaigen, 1996, p. 112).

Daí vem sua maior importância: *É importante para a vida.* É através da educação que o ser humano consegue a auto-realização e o encontro com uma vida melhor. Sua principal função, no âmbito pessoal, é possibilitar que o homem vislumbre a felicidade, que tenha a liberdade de agir e pensar ao mesmo tempo. Que tenha condições de exercer suas potencialidades e realizar suas escolhas como membro atuante de uma sociedade.

A educação está intimamente ligada ao conhecimento, como apontam algumas das categorias específicas, porém, ao conhecimento construído tanto individualmente como pela sociedade. É a educação que dá sustentação a qualquer sociedade, seja da antiguidade às sociedades atuais dos países desenvolvidos. Seu papel é motriz na ordem da evolução do homem.

4.1.2.a Ambiente:

1 - É o meio em que vivemos, (57%)

2 - Tudo que nos cerca, (20%)

3 - Parte da natureza sendo preservada, (9%)

4 - Habitat, (5%)

5 - Sem resposta, (9%)

4.1.2.b Ambiente:

1 - É o meio em que vivemos, (36%)

2 - É formado por tudo que faz parte de um lugar, (28%)

3 - Espaço que existe vida, (18%)

4 - Lugar, espaço, (18%)

As categorias específicas elencadas a respeito do entendimento que o grupo tem sobre ambiente trazem o tônico acento que sobrepõe à idéia de ambiente o enfoque de uma visão antropocêntrica: *É o meio em que vivemos*.

A ideia enfatizada pelo grupo contrapõe-se ao último resultado da pesquisa realizada pelo Ibope sobre o que pensa o brasileiro a respeito do ambiente. Segundo esta versão da pesquisa (2001), “para a maioria dos brasileiros, meio ambiente é uma questão que se resume à fauna e à flora”, (Trigueiro, 2002, p. 39), confirmando a apuração dos anos anteriores. Assim como encontramos na categoria 4.1.2.a.3 *parte da natureza sendo preservada*, uma pequena amostra deste pensamento.

Podemos apontar como um dos motivos a essa distonia a utilização da palavra ambiente sem a precedente meio. Tal indicação se dá pela associação de ambiente a lugar, espaço. Relacionando a outra resposta do grupo (4.1.3.a.2), percebe-se o entrelace psicossocial da palavra ambiente com a limpeza de lugares, tais como casas, ruas, salas-de-aula, quartos, etc.

A opção da não utilização da expressão meio ambiente se fez pela observação das publicações mais recentes sobre o assunto que optam pela palavra sozinha, dada a redundância da expressão, e talvez inferindo-lhe uma conotação mais ampla e mais adequada de abrangência integral para a questão ambiental, a qual enreda os aspectos sociais, econômicos, culturais, éticos e ecológicos, pois a expressão meio ambiente foi amplamente difundida pelos meios de comunicação e pelos governos anteriores, como sinônimo de ecologia e natureza, deixando de lado todos os outros aspectos integradores da questão, como já dissemos em capítulo anterior.

Entre as orientações extraídas do Seminário sobre Educação Ambiental em Costa Rica, no ano de 1979, consta: “o conceito de meio ambiente deve abranger os aspectos sociais, culturais, bem como os físicos e biológicos”, (Dias, 2000, p. 138).

Já para Reigota (2001, p. 21), ambiente significa:

Um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade.

Segundo Kurt Kloetzel (1998, p. 8), quando pensamos em ambiente, devemos primeiro usar o plural. “São mil meios ambientes distintos, cada qual habitado por plantas e animais que aí se sentem à vontade, mas, deslocados para outro lugar, estariam perdidos.”

Então, podemos dizer que são os inúmeros meios que vivem os seres - suas moradas. São os ecossistemas, que compõem a biosfera do planeta. “o ecossistema encontra-se sempre ocupando uma fração da biosfera.” (Pereira, 1993, p. 41).

4.1.3.a Educação Ambiental

1 - É o ensino de como se deve cuidar, respeitar e preservar o nosso ambiente/ a natureza, (42%)

2 - É manter o ambiente limpo, (19%)

3 - Conhecimento e respeito ao ambiente, (15%)

4 - Respostas não pertinentes, (24%)

4.1.3.b Educação Ambiental

1 - É a consciência de que temos de cuidar e valorizar o ambiente em que vivemos, (32%)

2 - É a formação de cidadãos conscientes para com o bem-estar da sociedade local e global, (17%)

3 - É a conservação dos recursos naturais, (17%)

4 - É o estudo de todo meio em que vivemos, (17%)

5 - Respostas não pertinentes, (17%)

Consta no grupo estudado a associação de Educação Ambiental com preservação e valorização do ambiente como nos mostram as categorias específicas 4.1.3.a.1; 4.1.3.a.3; 4.1.3.b.1 e 4.1.3.b.3, seguida da nítida associação da limpeza dos ambientes como definição para Educação Ambiental, demonstrando enfoque bastante restrito, que nos leva àquela concepção de ambiente apenas como espaço/lugar estabelecido pela sociedade.

Somente em parcelas não representativas encontramos aproximação coerente: *Conjunto dos aspectos físicos, sociais, culturais, econômicos e políticos para a valorização da vida.*

A Educação Ambiental está intimamente ligada a todos estes aspectos, os quais devem ser trabalhados concomitantemente, existindo um preponderante enfoque sob o aspecto político:

A Educação Ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza (Reigota, 2001, p. 10).

A densidade sob a questão política confirma o papel da Educação Ambiental como fomentadora de uma nova reorganização da ordem planetária. A mudança de paradigma entre as relações homem/natureza e, ser humano/ser humano, ou mesmo, nação/nação, para que possamos criar condições mais igualitárias e de equilíbrio ambiental por toda a extensão planetária.

Ligada a aspectos de sustentação da humanidade, a Educação Ambiental, para fortalecer-se, necessita também da associação a uma nova educação, que rompa com o ensino tradicionalista de transmissão de conhecimentos e manipulação social, política e econômica, fato já recomendado na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Continuação no Questionário A, aplicado junto aos pais.

4.2.a CATEGORIA PRINCIPAL 2.a: Você consegue identificar conteúdos/aspectos de Educação Ambiental na aprendizagem escolar de seu filho e nos hábitos diários? Quais?

- 1 - Jogar lixo na lixeira, (21%)
- 2 - Limpeza do ambiente, (16%)
- 3 - Alimentação saudável, higiene pessoal, (16%)
- 4 - Preservação e conservação da natureza, (8%)
- 5 - Zelar pelos seus objetos e material escolar, (6%)
- 6 - Cuidados com as plantas, (6%)
- 7 - Cuidados para se evitar a dengue, (5%)
- 8 - Respostas não pertinentes, (22%)

As categorias específicas enumeradas aqui salientam a preocupação com a limpeza dos locais. Há uma forte associação da Educação Ambiental especificamente com hábitos de limpeza e higiene como comprovam as três primeiras categorias específicas, que somam mais de 50% da amostra pesquisada. Esse índice associado à alta frequência de respostas não pertinentes ao assunto comprovam a dificuldade de identificação por parte dos pais sobre hábitos e aspectos associados à Educação Ambiental, quase que identificados apenas em jogar o lixo no lixo e na limpeza dos ambientes.

As outras categorias *Preservação e conservação da natureza, Zelar pelos objetos e material escolar, Cuidados para se evitar a dengue*, que aparecem em menor escala, são conteúdos importantes, porém ainda mostrando um leque de assuntos bastante restrito em relação à amplitude da questão ambiental. Todas as respostas fazem referência clara a conteúdos trabalhados pela escola.

4.4.a CATEGORIA PRINCIPAL 4.a: Existe troca de conhecimentos sobre Educação Ambiental entre você e seu filho?

1 - Sim, equivalente a 85% da amostra; sendo que, destes:

- a) 38% exemplificaram pela importância da preservação do ambiente/ Ex. não jogar lixo, não destruir plantas, não poluir;
- b) 17% pela importância da limpeza dos ambientes;
- c) 45% não exemplificaram.

2 - Às vezes, equivalente a 9%;

3 - Não, equivalente a 6%.

Seguindo a mesma orientação da categoria principal 4.2.a, os conteúdos apreendidos nesta questão apontam a uma visão compartimentada e restrita sobre a questão ambiental e com um alto grau de abstenções na exemplificação solicitada, mostrando fragilidade na correlação fidedigna da resposta positiva.

4.5.a CATEGORIA PRINCIPAL 5.a: Seu filho já despertou alguma reflexão sobre a questão ambiental em você? Exemplifique.

1 Sim, equivalente a 74% da amostra; destes, exemplificaram:

- a) 31% ao jogar lixo na rua;
- b) 27% quanto a aspectos de preservação do ambiente;
- c) 12% cuidados de erradicação da dengue;
- d) 7% para não fumar;
- e) 7% sobre aspectos sociais;

f) 16% não exemplificaram.

2 - Não, equivalente a 26%.

As respostas a esta categoria principal enfocam um novo direcionamento social, onde as crianças repassam com segurança aos adultos as informações e aprendizados adquiridos no seu dia-a-dia em sociedade e pelos meios de comunicação. Nos depoimentos dos pais, muitos afirmaram que por algum lapso, ao jogarem lixo na rua, foram repreendidos pelos filhos, outros 7%, são acuados com o pedido para que larguem o vício do fumo. A troca de conhecimentos é efetiva e mostra a importância de uma escola de qualidade para a criança nos seus primeiros anos de vida. A criança é autêntica e uma ótima multiplicadora de atitudes.

Continuação do Questionário B, aplicado junto aos professores.

4.2.b CATEGORIA PRINCIPAL 2.b: Você desenvolve o eixo de conteúdos Natureza e Sociedade indicado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil?

1 - Sim, equivalente a 70% da amostra;

2 - Não, equivalente a 20%;

3. - Sem resposta, equivalente a 10%.

4.2.b.1 - Sendo positiva a resposta, indique em porcentagem o nível de desenvolvimento.

1 - Encontramos a média de 71%, no equivalente a 50% da amostra;

2 - Sem resposta, equivalente a 50%.

Para a discussão desta categoria principal, percebemos a necessidade de uma melhor investigação sobre o tema, impossibilitando considerações.

5 CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto de que estamos em um processo de transformação educacional, analisamos os instrumentos utilizados na pesquisa para entender como a comunidade da Escola Estadual Princesa Isabel vivencia e trabalha as questões ligadas à Educação Ambiental.

Diante deste primeiro estudo, onde nos centramos em aspectos de conceituação sobre Educação, Ambiente e Educação Ambiental, podemos aferir que, a comunidade em questão tem noções da importância das questões levantadas, entretanto, cerca-se de uma visão parcial e compartimentada. Nos dois

segmentos questionados, de pais e equipe técnico-pedagógica, não percebemos grandes distinções do entendimento requisitado.

A concepção de Educação abraça a idéia de ascensão social e econômica, está alicerçada ao forte estigma da transmissão de conhecimentos e, no entendimento geral, à conduta social do ser humano como forma de aceitação na sociedade, entretanto, o grupo não associa a Educação com a auto-realização do ser humano e os caminhos que esta possibilita para a felicidade, dada a condição do saber ser libertária para o homem, possibilitadora de resolução de problemas e de novas descobertas.

A ideia da formação de hábitos em Educação Ambiental centra-se na questão do comportar-se corretamente nos ambientes, não sujar, cuidar e preservar os ambientes, deixando uma lacuna quanto ao apontamento das questões de abrangência moral e ética de como lidar com nossos recursos naturais, afetivos, sociais, políticos e econômicos, nas atitudes diárias para consigo e com os outros. Não queremos afirmar que tais aspectos não sejam trabalhados pela escola e pela família, apenas constatamos a sua dissociação da questão ambiental aos olhos da comunidade.

A observação infantil é dinâmica e necessita de direcionamento e estímulo para seu pleno desenvolvimento, tanto que entendemos que os conteúdos descritos pelas professoras entrevistadas foram explicitados nos desenhos da atividade proposta: o lixo, a transmissão de doenças por insetos, poluição dos rios, queimadas, proteção à natureza, como se pode acompanhar nos gráficos da categoria principal 4.6, comprovando a prática da Educação Ambiental dentro da escola e a aprendizagem dos alunos.

Constatamos o esforço da escola Princesa Isabel para adequar-se às novas necessidades e podemos dizer que ela possibilita sim a formação de hábitos para a Educação Ambiental, apesar do enfoque parcial e tímido. Salientamos que a escola caminha ao lado do processo de reestruturação do novo paradigma educacional, o qual visa a construção de cidadãos críticos, atuantes, responsáveis e livres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Boa Vista: CEDCAR, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CERIZARA, Beatriz. **Rousseau: a educação na infância**. São Paulo: Scipioni, 1990.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6.ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DORNELLES, Leni Vieira. A representação da criança na Cultura Brasileira. **Paixão de Aprender, Escola, Conhecimento e Cidadania**, Porto Alegre, n. 5, p. 66-70, out. 1993.

GAIARSA, José Ângelo. **Sobre uma nova escola para o novo homem**. 2.ed. São Paulo: Gente, 1995.

INCONTRI, Dora. **A educação da nova era**. 2.ed. São Paulo: Comenius, 1998.

KLOETZEL, Kurt. **O que é meio ambiente**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

NICOLAU, Marieta L. M. **A educação pré-escolar: fundamentos e didática**. São Paulo: Ática, 1985.

OAIGEN, Edson Roberto. **Atividades extraclasse e não formais: uma política para a formação do pesquisador**. Chapecó : Grifos, 1996.

PEREIRA, Antônio Batista. **Aprendendo ecologia através da educação ambiental**. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto, 1993.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação**. 9.ed. São Paulo: Ática, 1991.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo, Brasiliense, 2001.

SEBER, Maria da Glória. **Construção da inteligência pela criança: atividades do período pré-operatório**. 4.ed. São Paulo: Scipione, 1995.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 24.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRIGUEIRO, André. Penso, logo o ambiente existe. **Eco 21**, Rio de Janeiro, n. 65, p.39-40, abr. 2002.